

SUMÁRIO

<i>Nota à 28ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I — <i>As funções do Estado</i>	29
II — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
III — <i>A função política ou de governo</i>	36
IV — <i>O Direito Administrativo</i>	37
V — <i>Origem do Direito Administrativo</i>	38
VI — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	43
VII — <i>O regime jurídico-administrativo</i>	53
VIII — <i>Conceito jurídico de interesse público</i>	59
<i>Direito subjetivo público, 62; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
IX — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	69
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 70; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 74</i>	
X — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	87
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I — <i>Princípios expressos e implícitos</i>	95
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 96; 2ª) Princípio da legalidade, 99; 3ª) Princípio da finalidade, 106; 4ª) Princípio da razoabilidade, 108; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 110; 6ª) Princípio da motivação, 112; 7ª) Princípio da impessoalidade, 114; 8ª) Princípio da publicidade, 114; 9ª) Princípios</i>	

	<i>do devido processo legal e da ampla defesa, 115; 10^ª) Princípio da moralidade administrativa, 119; 11^ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 120; 12^ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 121; 13^ª) Princípio da boa administração, 122; 14^ª) Princípio da segurança jurídica, 123</i>	
II	— Restrições excepcionais ao princípio da legalidade	
	<i>a) Medidas provisórias, 126; b) Estado de defesa, 134; c) Estado de sítio, 135</i>	
PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO		137
Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
I	— Os órgãos e as competências públicas	139
	<i>Órgãos públicos, 140; Classificação dos órgãos, 141; Competências públicas, 142 (Conceito de competência, 144)</i>	
II	— Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia	146
III	— Centralização e descentralização administrativa	149
	<i>Desconcentração, 150; A hierarquia e os poderes do hierarca, 150; Distinção entre descentralização e desconcentração, 151; O controle, 151</i>	
IV	— Organização administrativa da União: Administração direta e indireta	152
	<i>Administração direta da União, 153; Critério classificador do Decreto-lei 200, 155; Entes paraestatais, 157</i>	
Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS		160
I	— Autarquias	
	<i>Conceito, 160; Regime jurídico, 161 (a) Relações com a pessoa que as criou, 162; b) Relações com terceiros, 165; c) Relações internas, 167); Autarquias especiais ou sob regime especial, 169; Agências reguladoras, 170; Agências executivas, 181</i>	
II	— Fundações públicas	
	<i>Conceito legal: impropriedade, 184; Natureza das fundações públicas, 186</i>	

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 187 (Conceito legal: impropriedade, 187); Conceito de sociedade de economia mista, 191 (Conceito legal: impropriedade, 192); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 193; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 194; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 197; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 198; Empresas estatais e concessão de serviço público, 199; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 201; O regime jurídico das empresas estatais, 204 (a) Relações com a pessoa que as criou, 204; b) Relações com terceiros, 208; c) Relações internas, 219)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	222
	<i>Contrato de gestão, 225; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 226 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 232; Contrato entre órgãos?, 234); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 236; Organizações sociais, 236; Organizações da sociedade civil de interesse público, 242</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	244
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	247
	<i>a) Agentes políticos, 247; b) Servidores estatais, 248 (Servidores públicos: conceito e espécies, 249; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 250); c) Particulares em colaboração com a Administração, 250</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	254
	<i>a) Cargos públicos, 254; b) Funções públicas, 255; c) Empregos públicos, 255</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	256
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	257
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	258

- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* 266
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
a) *Limite global de despesas com pessoal*, 266; b) *Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações*, 271; c) *Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal*, 272
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
a) *Criação de remuneração por subsídios*, 272; b) *Limite de remuneração*, 274; c) *Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário*, 278; d) *Proibição de vinculação de vencimentos*, 278; e) *Cálculo de acréscimos pecuniários*, 278; f) *Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos*, 278; g) *Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração*, 279
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)* ... 280
a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público*, 280 (Admissão e dispensa nas estatais, 283); b) *Contratação excepcional sem concurso*, 285; c) *Direito de greve e de sindicalização*, 286; d) *Proibição de acumulação remunerada*, 287; e) *Sanção por improbidade administrativa*, 289
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* 289
a) *Irredutibilidade de vencimentos*, 289; b) *Alguns direitos equivalentes aos dos empregados*, 290; c) *Estabilidade*, 290; d) *Disponibilidade*, 291; e) *Aposentadoria e proventos*, 292; f) *Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos*, 293; g) *Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões*, 294; h) *Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias*, 296; i) *Contribuição previdenciária*, 299; j) *Atualização de proventos e pensões*, 303
- XII** — *Os cargos públicos* 304
a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade*, 305; b) *Classificação dos cargos*, 305 (Cargos em comissão, 305; Cargos de provimento efetivo, 306; Cargos vitalícios, 308); c) *Lotação dos cargos e “redistribuição”*, 308

XIII	– <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	308
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 309; Posse, 310); <i>b) Provimentos derivados</i> , 311 (Provimento derivado vertical (promoção), 311; Provimento derivado horizontal (readaptação), 311; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 312)	
XIV	– <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	313
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 313 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 313; Direitos de ausência ao serviço, 315; Aposentadoria, 321); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 321	
XV	– <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	323
	<i>Prescrição</i> , 325	
XVI	– <i>Sindicância e processo administrativo</i>	326
XVII	– <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	330

PARTE III – AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

337

Capítulo VI – **O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO**

I	– <i>Introdução</i>	339
II	– <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	341
III	– <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	342
IV	– <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	343
V	– <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	344
VI	– <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	344
VII	– <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	351
VIII	– <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	354
IX	– <i>O objeto da competência regulamentar</i>	360
X	– <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	366
XI	– <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	369

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I — Considerações introdutórias

a) *Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos*, 371; b) *O problema da conceituação do ato administrativo*, 375; c) *Os conceitos jurídicos*, 376; d) *Historicidade dos conceitos jurídicos*, 379; e) *Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos*, 380; f) *Critério básico para conceituação do ato administrativo*, 383.

II — Atos da Administração e atos administrativos 383

III — Conceito de ato administrativo 385

IV — Perfeição, validade e eficácia 386

V — Requisitos do ato administrativo 390

VI — Elementos do ato

Conteúdo, 393; *Forma*, 394

VII — Pressupostos do ato

1) *Pressupostos de existência*, 395; 2) *Pressupostos de validade*: A) *Sujeito (pressuposto subjetivo)*, 396; B) *Motivo (pressuposto objetivo)*, 397 (Motivo do ato e motivo legal, 398; Motivo e móvel, 399; O papel da vontade no ato administrativo, 399; Motivo e motivação, 400; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 400; Teoria dos motivos determinantes, 404); C) *Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo)*, 404; D) *Finalidade (pressuposto teleológico)*, 405 (Teoria do desvio de poder, 406); E) *Causa (pressuposto lógico)*, 408; F) *Formalização (pressuposto formalístico)*, 411

VIII — O silêncio no Direito Administrativo 413

IX — Atributos dos atos administrativos 417

Casos em que cabe executoriedade, 421; *Defesas contra a executoriedade*, 422

X — Classificação dos atos administrativos 422

a) *Quanto à natureza da atividade*, 422; b) *Quanto à estrutura do ato*, 423; c) *Quanto aos destinatários do ato*, 424; d) *Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática*, 424; e) *Quanto à função da vontade administrativa*, 425; f) *Quanto aos efeitos*, 425; g) *Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados*, 425; h) *Quanto à situação de terceiros*, 427; i) *Quanto à composição da vontade produtora do ato*, 427; j) *Quanto à formação do ato*, 428; l) *Quanto à natureza das situações jurídicas que criam*, 428; m) *Quanto à posição jurídica da Administração*, 429

XI	– Vinculação e discricionariedade	430
	<i>Discricionariedade técnica, 437</i>	
XII	– Atos administrativos “in specie”	
	<i>Em função do conteúdo, 438; Como formas de manifestação de outros atos, 444</i>	
XIII	– Procedimento (ou processo) administrativo	447
XIV	– Panorama da extinção dos atos administrativos	449
XV	– Revogação	
	<i>Conceito, 452; Sujeito ativo da revogação, 453; Objeto da revogação, 454; Fundamento da revogação, 455; Motivos da revogação, 457; Efeitos da revogação, 458; Natureza do ato revogador, 459; Limites ao poder de revogar, 459; Revogação e indenização, 461</i>	
XVI	– Coisa julgada administrativa	463
XVII	– Invalidade dos atos administrativos	465
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 466; Objeto da invalidação, 466; Fundamento da invalidação, 467; Motivo da invalidação, 468; Forma da invalidação, 468; Efeitos da invalidação, 468; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 470; Atos irregulares, 474; Comentários às diferentes teorias, 475; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 476; Convalidação, 478; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 479; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 482; Regime dos atos inválidos, 482; Invalidação e dever de indenizar, 481; Direito de resistência contra atos inválidos, 485</i>	
XVIII	– Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	487
XIX	– Diferenças entre revogação e invalidação	489
Capítulo VIII – O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO		
I	– Conceito de procedimento administrativo	490
	<i>Procedimento e ato complexo, 496</i>	
II	– Requisitos do procedimento	497
III	– Importância do procedimento administrativo.	
	<i>Atualidade do tema</i>	498
IV	– Objetivos do processo ou procedimento	501
V	– Espécies de procedimento	502
VI	– Fases do processo ou procedimento	504
VII	– Princípios do procedimento	505
VIII	– Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	510

IX	– Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	514
X	– O processo (ou procedimento) na legislação federal	516
	Âmbito de abrangência, 516; Competência, 517; Princípios do processo e garantias do administrado, 517; Sequência processual, 522; Prazos processuais, 526; Revogação, anulação e convalidação, 527	
Capítulo IX – LICITAÇÃO		
I	– Conceito e finalidades	528
II	– A legislação sobre licitação	531
	Normas gerais de licitação e contratos, 535	
III	– Os princípios da licitação	536
IV	– Quem está obrigado a licitar	543
V	– Os pressupostos da licitação	545
VI	– O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	546
	Bens singulares, 547; Serviços singulares, 548; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 548; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 549; Inexigibilidade de licitação, 554; Serviços técnicos de natureza singular, 556; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 559; Licitação proibida, 559	
VII	– Modalidades da licitação	560
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 567; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 567; Pregão e consulta, 569 (Procedimento do pregão, 569); Registros cadastrais, 574; O registro de preços, 575; Comissões de licitação, 576; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 577; Alienação de bens, 578; Licitações internas e licitações internacionais, 579	
VIII	– Etapas interna e externa da licitação	580
	Requisitos para instauração de licitação, 580; Vedações nas licitações, 581	
IX	– Fases da licitação	583
	Exame dos afluentes à licitação, 583; Exame das propostas, 584; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 584; Esquema analítico das fases, 585; Sequência procedimental da concorrência, 586	
X	– O edital	588
	Vícios do edital, 591	

XI	– A habilitação	592
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 598; Consórcios, 599; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 599; Comparecimento de um único licitante, 600; Pré-qualificação, 600; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 601; Efeito jurídico da habilitação, 601; Vícios da habilitação, 602</i>	
XII	– O julgamento	603
	<i>Requisitos das propostas, 603; Objetividade do julgamento, 606; Classificação, 607; Desempate entre as propostas, 607; Os “tipos” de licitação, 607; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 610; Classificação de uma só proposta, 610; Vícios da classificação, 611; Efeito jurídico da classificação, 612</i>	
XIII	– Homologação e adjudicação	612
XIV	– Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	613
XV	– Recursos administrativos	613
XVI	– O procedimento licitatório e suas conseqüências	614
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 615; Revogação da licitação, 615; Anulação da licitação, 616</i>	
XVII	– Crimes	618
XVIII	– Licitação e mandado de segurança	619
 Capítulo X – O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	– Introdução	620
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 621</i>	
II	– O contrato administrativo no Direito francês	622
III	– O contrato administrativo na doutrina brasileira	624
IV	– Conceito de contrato administrativo	626
V	– Características do chamado “contrato administrativo”	628
	<i>A lógica do contrato administrativo, 629</i>	
VI	– O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	630
	<i>Alteração unilateral do contrato, 632; Alteração bilateral do contrato, 633; Extinção do contrato: generalidades e a extinção unilateral, 634; Outras hipóteses de extinção, 635; A “exceptio non adimpleti contractus”, 636; Prazo e prorrogação dos contratos, 636; Formalidades do contrato administrativo, 638; Eficácia dos contratos administrativos, 639; Os pagamentos devidos ao contratado;</i>	

	<i>correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 639; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 647</i>	
VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	648
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 650; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 656</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	657
IX	— A teoria da imprevisão	658
X	— As cláusulas de reajustes de preços	661
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	663
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	666
XIII	— Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa	667
XIV	— Convênios e consórcios	670
PARTE IV	— AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	675
Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA		
I	— Conceito de serviço público	678
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 682; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 684; Princípios do serviço público, 684</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	689
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	690
	<i>Serviço público e obra pública, 690; Serviço público e poder de polícia, 691; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 693</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	694
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	696
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 696; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 697; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 697; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 697</i>	
VI	— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	698

VII	– <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	699
VIII	– <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	701
IX	– <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 703; Modalidades de execução indireta, 704; Obra de grande vulto, 705; Obra de imenso vulto, 706; Garantia de execução, 706; Fiscalização da obra, 707; Recebimento da obra, 707; Responsabilidade pela obra, 708</i>	
Capítulo XII – CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	– <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	709
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 710; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 711; Improriedade das definições legais, 714; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 718; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 719</i>	
II	– <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	721
	<i>Licitação das concessões, 723; O “contrato” de concessão, 730; Transferência da concessão – Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 730; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 733</i>	
III	– <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	734
IV	– <i>Os poderes do concedente</i>	736
V	– <i>Os direitos do concessionário</i>	741
	<i>Remuneração do concessionário, 742</i>	
VI	– <i>As tarifas</i>	742
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 745; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 746</i>	
VII	– <i>Os direitos dos usuários</i>	751
VIII	– <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	755
IX	– <i>A reversão dos bens</i>	760

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	763
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	764
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	766
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	777
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	780
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 782; Modalidades, 782; Concessão administrativa: a falsa concessão, 784; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 785; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 787; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 787; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 788; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 788; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 789; Licitação nas parcerias público-privadas, 791; Disposições aplicáveis apenas à União, 792; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 792 (Vinculação de receitas, 793; Fundos especiais, 794; Empresa estatal garantidora, 796; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 796; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 797)</i>	

Capítulo XIII — ***INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL***

I	— <i>Introdução</i>	798
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 801; Valorização do trabalho humano, 803; Liberdade de iniciativa, 803; Atividades privadas sob regime especial, 808; Função social da propriedade, 808; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 809; CADE: organização e funções, 810; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 812; Infrações à ordem econômica, 812; Sanções por infrações à ordem econômica, 814; Acordo de leniência, 815; Defesa do consumidor, 815; Monopólio, 819</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	819

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— Introdução	825
II	— Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia	829
III	— Fundamento da polícia administrativa	830
IV	— Supremacia geral e supremacia especial	831
V	— Essência do poder de polícia	836
	<i>Traços característicos, 838</i>	
VI	— Polícia administrativa e polícia judiciária	840
VII	— Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa	842
VIII	— O poder de polícia é discricionário?	843
IX	— Definição de polícia administrativa	844
X	— Polícia geral e polícia especial	844
XI	— Delegação de atos de polícia administrativa	846
XII	— Executoriedade das medidas de polícia administrativa ..	848
XIII	— Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração	850
XIV	— Setores da polícia administrativa	851
XV	— Polícia administrativa da União, Estados e Municípios ...	851

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— Conceito	854
II	— Finalidades	855
III	— Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário	856
IV	— “Excludentes” da infração ou da sanção	857
V	— Princípios	857
	<i>a) Princípio da legalidade, 857; b) Princípio da anterioridade, 859; c) Princípio da tipicidade, 860; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 862; e) Princípio da proporcionalidade, 863; f) Princípio do devido processo legal, 864; g) Princípio da motivação, 866</i>	
VI	— Providências acautelatórias	866
VII	— Classificações das sanções: sanções transmissíveis e sanções intransmissíveis	867
VIII	— Multas	870
IX	— Dever de sancionar	871

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— Conceito	872
II	— Fundamentos da desapropriação	878
III	— Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade	878
IV	— Requisitos da desapropriação	880
V	— Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação	882
VI	— Objeto da desapropriação	883
VII	— Beneficiários da desapropriação	884
VIII	— Fases do procedimento expropriatório	885
IX	— A declaração de utilidade pública	885
X	— A imissão provisória de posse	889
XI	— A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados	891
XII	— Momento em que se consuma a desapropriação	895
XIII	— Desapropriação por zona	896
XIV	— Desapropriação indireta	897
XV	— Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação	898
XVI	— Retrocessão e direito de preferência violado	899
XVII	— Requisição	912
XVIII	— Servidão administrativa	913
XIX	— Tombamento	917

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	— Conceito	920
II	— Os bens com relação à sua destinação	921
III	— Afetação e desafetação dos bens públicos	922
IV	— Regime jurídico dos bens públicos	922
V	— Os bens quanto à sua natureza física	924
	a) Bens do domínio hídrico, 925; b) Bens do domínio terrestre, 926 (Domínio do solo, 926; Domínio do subsolo, 930)	
VI	— Formas de aquisição e alienação de bens públicos	931
VII	— Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	933
	a) Utilização dos bens de uso comum, 933; b) Utilização dos bens de uso especial, 937; c) Utilização dos bens dominicais, 937	

PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	943
Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
I — Controle interno e externo	945
a) Controle interno, 947; b) Controle externo, 948	
II — Controle parlamentar direto	948
a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 948; b) Con- vocação de Ministros e requerimentos de informa�es; recebimento de peti�es, queixas e representa�es dos administrados e convoca�o de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 948; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 949; d) Autoriza�es ou aprova�es do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 949; e) Poderes controladores privativos do Senado, 950; f) Julgamento das contas do Executivo, 950; g) Suspensão e destitui�o (“impeachment”) do Presidente ou de Minis- tros, 951	
III — Controle pelo Tribunal de Contas	951
a) Compostura e composi�o do Tribunal de Contas, 951; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 952; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 953	
IV — Controle jurisdicional (panorama)	954
a) “Habeas corpus”, 961; b) Mandado de segurança, 962; c) “Habeas data”, 963; d) Mandado de injun�o, 963; e) A�o popular, 964; f) A�o civil pública, 964; g) A�o direta de inconstitucionalidade, 965	
Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL	
I — Introdu�o	966
II — Princípio da legalidade	968
III — Vincula�o e discricionariedade	969
Mérito do ato, 973	
IV — Fundamentos da discricionariedade	973
V — Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	976
VI — Conceito de discricionariedade	980
VII — Limites da discricionariedade	981
VIII — Extensão do controle judicial	985
a) Exame dos motivos, 985; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 987; c) Exame da causa do ato, 991	

IX	— Relatividade da competência discricionária	991
X	— Conclusão	998

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	1001
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	1002
III	— Originalidade da responsabilidade pública	1005
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	1007
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	1008
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 1009; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 1010; c) Res- ponsabilidade subjetiva do Estado, 1011; d) Responsabi- lidade objetiva do Estado, 1014	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	1015
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	1015
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	1016
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	1018
	a) Danos por ação do Estado, 1019; b) Danos por omis- são do Estado, 1021; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1026	
X	— O dano indenizável	1028
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	1032
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 1033; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 1035; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1039; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1041; e) Responsabilidade estatal na jurisprudên- cia brasileira, 1050; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 1053; g) A responsabilidade dos agentes e de terceiros por ilícitos, 1057	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1062
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	1064

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1065
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1068
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1068
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1070

**APÊNDICE — O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO
ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

I	— <i>Introdução</i>	1075
II	— <i>A globalização, o neocolonialismo e a “reforma” do Estado</i>	1080
III	— <i>Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro</i> .	1084
IV	— <i>Conclusão</i>	1088

	ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	1091
--	--	------

	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1097
--	--	------